

## Vitória Jurídica e Desafios Políticos

Pedro Ivo Diniz<sup>1</sup>



Foto: Denise Reis - Abril 2010

Em março desse ano, a Organização Mundial do Comércio - OMC proferiu decisão autorizando retaliações aos Estados Unidos por parte do governo brasileiro. Nesta ocasião, a mídia mobilizou-se de maneira surpreendente. Os principais canais de comunicação exaltavam os riscos da estratégia brasileira. Os argumentos perpassavam pelo medo do aumento da inflação até a possível alta na taxa básica de juros. Críticos não faltaram para polemizar e desqualificar a diplomacia brasileira.

Parece, no entanto, que o reconhecimento das conquistas dessa estratégia não tem o mesmo apelo. O tema caiu no esquecimento conveniente dos anais jornalísticos. Os rumos das negociações entre Brasil e Estados Unidos em relação a problemática do algodão, contudo, representa uma importante vitória jurídica e diplomática do governo brasileiro.

A retaliação contra os Estados Unidos, no valor total de US\$ 829 milhões, foi autorizada pela OMC, depois de uma disputa de sete anos, devido aos subsídios pagos pelo governo americano a seus produtores de algodão. A ameaça de colocar em prática tais sanções resultou em uma contra-proposta norte-americana que consiste na criação de um fundo para os produtores de algodão brasileiros, a negociação de novos termos para um programa americano de garantias de crédito à exportação de produtos agrícolas e a suspensão de barreiras sanitárias para as carnes suína e bovina de Santa Catarina. No entanto, mais importante do que as medidas propostas pelos Estados, é o que elas representam: o sucesso de uma política externa coerente e destemida.

Da criação da OMC, em 1995, até os dias atuais, apenas quatro casos de retaliação comercial aprovados pela instituição foram colocados em prática. O objetivo da permissão para retaliar é fazer pressão sobre o país que não cumpre uma decisão da OMC. Desde o primeiro anúncio sobre as medidas de retaliação, em março, o governo brasileiro deixou claro que esperava uma proposta dos Estados Unidos que permitisse uma solução negociada. Seguindo a estratégia estabelecida, e diante dos sinais positivos alcançados, no dia 22 de abril, o Brasil anunciou oficialmente um novo adiamento do início das retaliações comerciais, para o dia 21 de junho. Nesse período, os dois países continuarão a negociar uma solução definitiva para evitar a retaliação.

A proposta de medidas concretas e a manifestação de intenções favoráveis à solução negocial por parte do governo norte-americano demonstra o sucesso de uma estratégia consistente, que preza pelo diálogo, mas se impõe em defesa de seus interesses. O Brasil assumiu, nesse sentido, uma postura ao mesmo tempo firme e diplomática, juridicamente amparado pela decisão da OMC. Por um lado, a vitória jurídica de um país emergente contra os Estados Unidos em uma organização internacional deve ser celebrada; por outro lado, a conquista política brasileira não deve ser desconsiderada. Se não faltam as críticas diante dos

---

<sup>1</sup> Coordenador do Centro de Direito Internacional, professor de Direito Internacional da Universidade FUMEC e do Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional das Faculdades Milton Campos.

equivocos, que os êxitos sejam igualmente enaltecidos.